



POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

Ivanei de Carvalho dos Santos²
Claudio Pinto Nunes³

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 o Brasil vem adotando modelos de políticas públicas implantadas por países como França, Hungria, Portugal, Inglaterra e Bélgica. No entanto essas políticas veem enfatizando discussões no cenário educacional, pois não refletem a realidade vivenciada por estudantes do país.

Mas o que vêm ser políticas públicas? Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, no entanto Teixeira (2002), afirma que:

[...] políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (p. 20)

1 O texto é resultado parcial do projeto de pesquisa “As políticas públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia”, com financiamento da UESC e bolsistas da FAPESB e CNPq. Trata-se de uma ação dos seguintes Grupos de Estudo e pesquisas: Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos sociais, diversidade e educação do Campo, inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas (CEPECH/CNPq - UESC); Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo - GEPEC/CNPq - UESB; Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq - UESB).

2 Mestranda em educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, graduada em história pela Universidade Norte do Paraná, especialista em gestão escolar pela Academia de Educação Montenegro, Especialista em educação infantil pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Norte do Paraná.

3 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Mestrado em Educação e Pesquisa pela Université Du Québec À Chicoutimi, Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo realizado Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra e Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Uesb). É Coordenador de Gestão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). É editor da Revista Práxis Educacional. É líder do Grupo de Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq).



Percebe-se que as políticas públicas enquanto determinação legal funcionam muito bem. Por outro lado, contrariamente à realidade das escolas espalhadas por todo país, perpetua um cenário de descaso para com os estudantes que necessitam da escola pública. Esse contexto se acentua mais ainda nos contextos da educação campestre onde se presenciam situações de negligência por parte dos governantes.

Escolas que não apresentam infraestrutura adequada para o funcionamento, profissionais sobrecarregados e com metodologias inadequadas para o ensino do campo, materiais didáticos pedagógicos inadequados para o desenvolvimento dos alunos, precariedade no fornecimento de energia elétrica ou inexistência dela, ausência de tratamento de água e deficiência na distribuição da merenda escolar, apenas para citar alguns exemplos.

As lutas pela escola do campo têm um vínculo com os movimentos sociais camponeses, conforme nos afirma Fonec (2012, p.4):

As discussões iniciais sobre a Educação do campo aconteceram no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, e, posteriormente, nas Conferências para a Educação Básica do Campo, realizadas respectivamente em 1997, 1998, 2004, dentre outras, com a participação de entidades internacionais, da sociedade civil e de órgãos do Governo. O que motivou o surgimento desta nova prática social foi a necessidade de lutas unitárias feitas pelos próprios trabalhadores e suas organizações por uma política pública de Educação do campo que garantisse o direito das populações do campo à educação e que as experiências político-pedagógicas acumuladas por estes sujeitos fossem reconhecidas e legitimadas pelo sistema público nas esferas correspondentes.

Partindo desse pressuposto nota-se que a escola do campo surge como alternativa para manter o aluno no campo. Porém, devido vários fatores desfavoráveis à Educação do campo, os pais acabam preferindo matricular seus filhos nas escolas urbanas, nem que para isso sejam necessárias horas de deslocamento em transportes na maioria das vezes deficitários. Situações desta natureza interferem na cultura das populações campestres, pois, por vezes, famílias inteiras decidem abandonar o campo se deslocando para os centros urbanos, favorecendo o êxodo rural. São pessoas que sempre viveram no campo que deixam suas casas na tentativa de proporcionar aos seus filhos uma educação escolar de qualidade o que nem sempre acontece.

Mais uma vez a Educação do Campo torna-se falha nos seus objetivos. Ao lado disso, percebe-se que há uma sobrevalorização dos saberes dos centros urbanos e uma



desvalorização da cultura do homem do campo.

Nesse sentido Caldart (2004) relata que a proposta da Educação do Campo tem como objetivo a fixação do homem no campo, valorizando os seus saberes. A expressão do quando se diz Educação do/no Campo ressalta que se trata de uma educação é pensada para e com os sujeitos do campo. E não que é uma educação pensada para a cidade, sendo implantada no campo. E no se reporta aos direitos dos povos do campo em estudar no espaço onde vivem, sem precisar sair para a cidade para estudar.

A Educação do Campo mostra-se eficiente nas legislações e mais ainda no que se refere à operacionalização das legislações existentes. Assim, o que se observa é um saldo negativo dentro do contexto das Escolas do Campo. Porém, há uma luta de envolvidos e interessados pela Educação do Campo para que essa escolarização atenda ao que está prescrito na lei possibilitando assim melhoria no processo educativo da população do campo.

METODOLOGIA

Versamos neste estudo, a temática das Políticas Públicas para a Educação do Campo, que surge como inquietação como educadora e pesquisadora da Educação Básica.

A coleta dos dados da pesquisa foi obtida por meio de entrevistas, com o coordenador técnico das escolas do campo em Itabuna, município da região sul da Bahia.

Para análise dos dados foram levadas em consideração as publicações existentes sobre o tema na literatura, assim como o que está disposto nas leis vigentes no país para a Educação do Campo.

As fontes obtidas na pesquisa foram identificadas e organizadas em forma de texto, para análises posteriores no Projeto de Pesquisa: **Educação Movimentos Sociais, Educação e Diversidade Étnica e Racial**. Contribuindo para as pesquisas referentes ao PAR no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiros resultados obtidos



Embora estejamos na fase de realização da pesquisa de campo propriamente dita, já é possível vislumbrar pela organização dos dados já obtidos, que as principais dificuldades consistem na implementação das políticas públicas para o campo, segundo o coordenador as Políticas de Ação Articuladas (PAR), não foram bem explicitas durante a gestão de 2013 a 2016, relatando que as ações do PAR que chegaram às escolas foram as Políticas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Mais Educação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Transporte Escolar, o Livro Didático, Atleta na Escola. Porém, o coordenador aborda que nem todas as escolas receberam tais ações, devido a critérios preestabelecidos como número de alunos como também a dificuldade das escolas que não tem uma equipe gestora sendo o professor o responsável pela execução do programa e ministrar suas aulas.

Em quatro de dezembro de 2010 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o decreto que organiza políticas públicas educacionais no campo, e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Com o objetivo de proporcionar assistência técnica e as transferências de recursos do governo federal, o decreto ainda orienta aos Estados e Municípios a incluir a Educação do Campo nos seus Planos estaduais e municipais de educação. Os planos de que trata o decreto devem ser construídos a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), PNE vai trazer as metas educacionais a serem alcançadas pelo Brasil no período de 2011 a 2020.

O coordenador entrevistado aborda que a educação no município, assim como em muitos outros na Bahia, há uma escolarização para o campo, mas não há uma educação do campo, porque os municípios não respeitam os princípios da educação do Campo, aborda a falta de infraestrutura das escolas. Segundo ele, não existe uma proposta de educação do Campo, o que existe é uma educação urbana levada para o campo. Ele ainda ressalta que o município não tem uma educação do campo, mas uma escolarização no campo, levando as propostas, pautas e conteúdo da escola urbana para o meio rural.

Quanto à formação do professor, o coordenador afirma que na gestão anterior tinha um grupo de formadores para os professores da rede, que existia por conta da Escola Ativa. Como a participação do professor era por adesão, uns aderiram depois desistiram e muitos deles não participaram da formação ao longo de 2014 a 2016. Assim, a formação aconteceu para um grupo menor com professores que quiseram participar, em alguns casos a agenda de formação coincidia com a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e os professores optavam por participar desta formação e não na



formação do Campo. O coordenador entrevistado acredita que a escolha se dava por conta do incentivo financeiro que o Pacto dava aos professores.

Quanto aos investimentos para melhoria da infraestrutura das escolas e construção de escolas do Campo, o coordenador relatou que o município não conta com prédios escolares adequados no campo, ou há pouquíssimos, embora não totalmente adequados. Mesmo se tratando de escolas envolvidas com ações do PAR para o município, por questões burocráticas, não ocorreram construções. Assim, em sua maioria, as escolas do Campo são casas em ruínas que não possibilitam o funcionamento como escola.

O Decreto 7.352, prioriza ações educacionais dirigidas à população do Campo. Dentre essas se destacam: 1) **Escola Ativa**: que visa à qualificação dos professores que lecionam em escolas multisseriadas; 2) **Construção de escolas**: o Programa de Construção de Escolas no Campo desenvolvido pelo governo federal oferece a estados e municípios projetos arquitetônicos de escolas com tamanhos de uma a seis salas de aula;

Com base nas pesquisas até o momento realizadas nota-se que a Educação do Campo está longe de atingir os objetivos propostos para esse público.

CONCLUSÃO

As conclusões feitas inicialmente nesta pesquisa apontam que a educação do campo continua sendo um espaço de lutas dos movimentos sociais que cobram dos Estados e Municípios o cumprimento das políticas públicas. Os dados apontam que ainda é tímida a “democratização” do espaço para a educação do e no campo. Os dados obtidos no município em questão apontam para a fragilidade da Educação do Campo e devido a esses fatores a tendência é a diminuição cada vez mais das escolas campesinas deixando esta população desprotegidas dos seus direitos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação do campo. PAR.

REFERÊNCIAS²



Decreto n. 7.352 de quatro de dezembro de 2010 que trata da política de educação no campo e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de dezembro de 2010.

CALDART, R.S. **Educação em Movimento. Formação de educadores e educadoras no MST.** Petrópolis: Vozes, 2004.

Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo, Seminário Nacional** – BSB, 15 a 17 de agosto de 2012.

TEIXEIRA, C.E. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR- BA.** 2002. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf.